

CAMPANHA SALARIAL

RETRATOS DA LUTA



REESTRUTURAR O PLANO DE CARREIRA, RUMO À ISONOMIA

A categoria, mais uma vez, mostrou sua capacidade de mobilização e luta. Assembleias lotadas, debates com alunos e pais, distribuição de jornais explicando nosso movimento e a legitimidade de nossas reivindicações. Tudo isso foi fundamental para a conquista do reajuste de acordo com o Fundo Constitucional, para o aumento de 53% do auxílio-alimentação

e, o mais importante, para que o GDF se compromettesse a discutir e a enviar, até setembro de 2011, o projeto de reestruturação do Plano de Carreira do Magistério Público do DF.

Essa reestruturação, entendemos, é o que possibilitará a conquista da tão almejada isonomia com outras carreiras de nível superior do GDF. Vencemos mais uma batalha,

mas a partir de agora é preciso manter o estado de mobilização conforme aprovado em assembleia geral para acompanhar, tanto os trabalhos da mesa permanente de negociação, quanto as discussões do Plano de Carreira.

Confira a tabela com a primeira parcela de reajuste nas páginas 6 e 7 e saiba mais sobre a proposta aprovada pela categoria, na página 2.

AMANHÃ SERÁ UM LINDO DIA

A comunidade escolar do Distrito Federal está prestes a conquistar a gestão democrática nas escolas públicas, uma luta histórica dos trabalhadores da educação. *Leia mais na página 3*

VIDAS PLURAIS E IGUAIS

Parceria entre Sinpro e UnB apresenta formas de combater o sexismo e a violência nas escolas – *página 8.*

32 ANOS DE LUTAS E VITÓRIAS

Ato político-cultural comemora em grande estilo aniversário do Sinpro e Dia da Mulher. *Página 4.*

CAMPANHA SALARIAL

VITÓRIA DA MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA

A última Assembleia Geral dos professores do DF aprovou a proposta de reajuste salarial oferecida pelo Governo do Distrito Federal. Aqui cabe ressaltar alguns aspectos positivos da proposta apreciada e aprovada pela instância máxima de deliberação da categoria.

Em primeiro lugar, é necessário avaliar esse reajuste dentro de uma perspectiva global de todo o processo de negociação. A primeira proposta de reajuste oferecida aos professores pelo Governo foi de um índice que sequer cobria a perda salarial do período pela inflação. O índice oferecido à época foi de 5%, frente a uma inflação que atingiu a ordem de 6,36%, conforme auferido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

Essa proposta foi recusada totalmente em assembleia lotada no dia 31 de março. Foi aprovada a intensificação da mobilização, inclusive decretando indicativo de greve da categoria. As professoras e os professores vestiram suas camisas de campanha e discutiram com a comunidade escolar os motivos do movimento. Diante da demonstração de força e união das educadoras e dos educadores, o GDF percebeu que a categoria não iria abrir mão das suas reivindicações e estava disposta a lutar, com sempre a fez, pelo que considerava justo.

REAJUSTE DE 13,83%

Por fim, em reunião na véspera da assembleia do dia 13 entre o Governo e a Comissão de Negociação, que a essa altura já contava com os representantes de base eleitos, a proposta apresentada atingiu o patamar mínimo reivindicado pela categoria. Houve o reconhecimento de que o reajuste da categoria deveria estar referenciado no índice de crescimento do Fundo Constitucional do DF. Essa é uma das principais conquistas da categoria nos últimos anos, justamente, porque esse crescimento tem sido, quase sempre, superior aos índices inflacionários.

A conquista de um reajuste no mesmo índice de crescimento do Fundo Constitucional veio acompanhada de outras propostas que, para além do impacto financeiro imediato, terão impacto significativo na remuneração final da categoria.

Ainda sobre o índice de reajuste alcançado, cabe destacar que, mesmo parcelado e não cumulativo, a primeira parcela a ser paga na folha de pagamento do mês de março garante que os professores não tenham perda salarial. Ao final do período dos próximos doze



A categoria aprovou proposta de reajuste salarial oferecido pelo GDF

meses, os professores terão garantido o efeito financeiro do reajuste reivindicado de 13,83%, extensível tanto aos aposentados quanto aos professores de contrato temporário. Isso garantirá a recente trajetória de reajustes salariais que os professores tiveram acima da inflação, com ganhos reais de salário acima de 5%.

Auxílio-alimentação:
53% DE REAJUSTE

Essa proposta de reajuste aprovada pela categoria, contudo, não veio isolada. O GDF se comprometeu também a reajustar o auxílio-alimentação da categoria, com um aumento de mais de 53%. A partir do mês de julho de 2011, os professores terão o valor de seu auxílio-alimentação equiparado com o dos servidores da Administração Direta Federal. Dos atuais 198 reais, os professores receberão a partir daquele mês um valor de 304 reais, sem contrapartida.

O GDF também se comprometeu a apresentar

uma proposta de Plano de Saúde aos professores do DF até o dia 30 de julho desse ano, de modo que, após debate com os servidores e votação pela Câmara Legislativa, seja possível implantá-lo em janeiro de 2012.

O mais importante avanço:
REFORMULAR O PLANO
DE CARREIRA

Por fim, no entendimento da diretoria do Sinpro, a proposta conquistada pela categoria contempla um item de fundamental importância, que pavimentará o caminho para a isonomia com as outras carreiras públicas de nível superior do DF. Proposta há tempos perseguida pelos professores, a reformulação do Plano de Carreira do Magistério Público do DF será, enfim, discutida e negociada com o Governo. E o melhor com data certa para o término dessa discussão e com previsão de implantação.

A partir da instalação imediata de uma Mesa de Negociação, o GDF se comprometeu a enviar à Câmara Legislativa, até setembro desse ano, um projeto de Lei de um novo Plano de Carreira para a categoria, a ser implementado em três etapas: março de 2012, março de 2013 e março de 2014. Entendemos que é nesse projeto que se deve investir toda a força para diminuir, o quanto for possível, o enorme fosso que existe hoje entre a remuneração dos professores e demais categorias de nível superior do GDF.

As discussões em torno desse novo Plano de Carreira devem envolver, por exemplo, o debate da incorporação das gratificações e o número de etapas que o professor deve percorrer na carreira até atingir o seu topo. Esse novo Plano de Carreira deve pôr fim, definitivamente, a questionamentos judiciais que porventura possam ameaçar a segurança jurídica que a carreira do magistério público do DF merece.

Por todo o que expusemos aqui, é que defendemos com tranquilidade a posição de aceitar a proposta do GDF. Isso não significa contudo, que a nossa luta terminou, pelo contrário. Devemos manter o estado de mobilização tanto para acompanhar as discussões sobre o Plano de Carreira, sobre o Plano de Saúde, quanto para discutir pontos da nossa pauta ainda não contemplados.

Na certeza de que lutamos o bom combate, estamos firmes em nossa batalha. As professoras e os professores das escolas públicas do DF estão de parabéns pela força demonstrada. A luta continua rumo à isonomia.

PROPOSTA APROVADA PELA ASSEMBLEIA

● Reajuste de 13,83%, sobre o vencimento de fevereiro de 2011, dividido em três etapas não cumulativas, sendo:

Plano de Saúde para a Carreira Magistério do DF, a ser implementada em janeiro de 2012;

● não consideração do crescimento vegetativo da folha de pagamento no percentual de reajuste (13,83);

Data	Percentual	Referência
Março/2011	6,36	Integralização do percentual de reajuste do Fundo Constitucional para Educação (11,14%)
Setembro/2011	4,78	
Março/2012	2,69	Integralização do percentual total do reajuste do Fundo Constitucional

● reajuste do Auxílio Alimentação de R\$ 198,00 para R\$ 304,00, a partir de julho/2011;

● apresentação do Projeto de Lei da Gestão Democrática da Educação, pelo Executivo, no dia 20 de abril de 2011, com indicativo de eleição direta das novas equipes gestoras;

● instalação imediata de Mesa de Negociação Específica para a discussão e elaboração, até setembro/2011, de Projeto de Lei reestruturando o Plano de Carreira do Magistério Público do DF, a ser implementado em três etapas: março/2012, março/2013 e março/2014;

● humanização do atendimento da Diretoria de Saúde Ocupacional e compromisso com a descentralização de suas atividades;

● continuidade da Mesa Permanente de Negociação para discussão dos demais itens da pauta de reivindicação da categoria, ainda não contemplados;



● apresentação, até 30/07/2011, de proposta de

GESTÃO DEMOCRÁTICA

SINPRO APRESENTA PROPOSTA DA CATEGORIA

O seminário realizado no dia 16 de abril pelo Sinpro concluiu os debates acerca da Gestão Democrática sob a visão das trabalhadoras e dos trabalhadores. O resultado desse trabalho foi entregue à secretária de Educação no dia 19, e ao plenário da Conferência organizada pelo GDF para discutir o tema, no dia 20.



Diretoria entrega, para a secretária de Educação, o projeto de Gestão aprovado no Seminário realizado dia 16 de abril

O Sinpro entende que esse é um período histórico, pois a categoria luta há anos para retomar o projeto que visa ampliar a democratização do ensino público e garantir a efetiva participação da comunidade, a descentralização do poder, a autonomia e o pluralismo de ideias.

O tema tem sido discutido pela categoria nos últimos 32 anos e sempre fez parte da nossa pauta de reivindicações. No início deste ano, a deputada Rejane Pitanga (PT-DF) encampou a proposta já debatida pela categoria no último Congresso dos Trabalhadores em Educação e apresentou projeto de lei para apreciação da Câmara Legislativa.

No dia 16 de abril um seminário concluiu os debates de aperfeiçoamento do projeto. Participaram do debate quase 200 educadoras e educadores. A própria deputada participou do encontro. Uma das novidades aprovadas pelo Seminário foi a de que o professor em contratação temporária poderá participar do processo eleitoral. Foi aprovada a paridade na composição do conselho de educação do DF. O projeto prevê a participação de pais, alunos e da comunidade no processo de escolha das direções de es-

cola. Além disto, serão criados conselhos regionais de ensino e a comunidade escolar representada nestes conselhos.

No dia 20, a Diretoria Diretoria Colegiada do SINPRO-DF participou da Conferência Distrital sobre Gestão Democrática das Escolas Públicas, com eleições diretas para a Educação Pública do DF. O evento reuniu mais de duas mil pessoas no Centro de Convenções. Na ocasião apresentamos o nosso projeto.



Diretoria discute o projeto no Seminário de Gestão

CONSTRUÇÃO COLETIVA

O Projeto de Lei sobre a Gestão Democrática do Ensino Público é uma construção coletiva, com muitas mãos, muitas mentes e muitos corações que militam na educação.

Vamos exercer nossa combatividade, organização, mobilização e formulação, pois, teremos eleições para os dirigentes de escolas públicas do DF e, o mais fundamental, queremos democratizar não somente as escolas, mas também todo o sistema de ensino. É importante nossa participação consciente neste processo. Há uma ordem instituída, que se mostra injusta e imoral. Subverter essa ordem, resistir à injustiça de todas as tentativas de nos desumanizar é exigência ético moral, nos ensina Paulo Freire. O sistema nos quer indiferentes, individualistas, desesperançados. Contra isso respondemos com a solidariedade, a esperança crítica e a luta coletiva.

Numa perspectiva realmente progressista, democrática e não – autoritária, não se muda a cara da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, seria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente”.

P. Freire, A Educação na cidade



Categoria compareceu em peso ao Seminário

BREVE HISTÓRICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO DISTRITO FEDERAL

- 1957 – Grupo Escolar nº 01 – Planaltina: rodízio na Direção da escola pelas oito professoras/es para verificar aquela com o melhor perfil.
- 1985 – Governo José Aparecido de Oliveira - Acordo Coletivo com o Sinpro-DF garantiu a Eleição Direta para as Direções das Escolas e DRE's – antes chamadas de Complexos Escolares;
- 1988 – O presidente Sarney indica Roriz governador – fim do acordo com o Sinpro. Mas as Direções Eleitas cumprem seus mandatos até 1991;
- 1991 – A deputada Lúcia Carvalho apresenta, na CL, o PL nº 69/91 retomando a ideia de Eleição Direta para as Direções das Escolas e dos Conselhos Escolares Deliberativos;
- 1992 – A deputada Abadia apresenta, na CL, o PL nº 346/92 que virou a Lei nº 575/93. Nela não havia Eleições para as Direções das

Escolas, somente para os Conselhos Escolares;

- 1995 – O governador Cristovam Buarque assume o GDF e apresenta, na CL, o PL nº 816/95, que se transforma na Lei nº 957/95 que resgatou as Eleições Diretas para as Direções das Escolas e dos Conselhos Escolares Deliberativos;
- 1997 – Eleições Diretas nos mesmos moldes de 1995;
- 1998 – Eleição de Roriz – apresentação do PL nº 343/99 que se transforma na Lei nº 247/99 que, ironicamente, é denominada de “Gestão Democrática”. Ela acaba com as Eleições Diretas para as Direções das Escolas Públicas;
- Janeiro de 2011 – A Deputada Distrital Rejane Pitanga - PT-DF apresenta PL resgatando a Gestão Democrática do Ensino Público do DF;

- Fevereiro de 2011 – A Deputada Rejane Pitanga - PT-DF convoca Audiência Pública na CL para debater a Gestão Democrática do Ensino Público.
- Abril de 2011 - Seminário sobre Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF/Sinpro.
- Abril de 2011 - Conferência Distrital sobre Gestão Democrática da Educação/GDF.



ATO POLÍTICO-CULTURAL NO ANIVERSÁRIO DO SINPRO E DIA DA MULHER

Na comemoração de 32 anos do Sinpro, 32 mulheres da categoria receberam o título de “Mulher Educadora, Cidadã do Mundo” uma placa em reconhecimento à atuação delas em prol da Educação e por um mundo melhor*. A entrega foi o ponto alto do evento político-cultural realizado pelo Sinpro e pela CUT para marcar os 32 anos da fundação do Sinpro e o mês das mulheres, no último dia 19 de março (foto).

As atividades começaram com a performance da professora Arthème Lira: “Sob os pés de Afrodite”. Logo em seguida, a secretária de Políticas para Mulheres do Sinpro e mediadora, Eliceuda de França, abriu oficialmente o debate sobre o empoderamento político e econômico das mulheres educadoras.

Berenice Darc, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e também diretora do Sinpro, destacou o significado do evento, assim como a secretária da CUT-DF, Maria das Graças.

Coordenadora do Movimento Negro Unificado do DF, Jacira Silva parabenizou o Sinpro pela história de dedicação à causa da Educação, pela organização e pela homenagem feita às muitas mulheres que contribuíram com a história de avanços da categoria. As deputadas petistas Rejane Pitanga (distrital) e Érika Kokay (federal) também participaram, discutindo a necessidade de uma nova cultura para superar as desigualdades contra a mulher.

Mulheres importantes na construção da nossa história de luta marcaram presença e/ou foram homenageadas. Para encerrar o evento com chave de ouro, boa música: um dueto de voz e chorinho com Mônica Costa e Paulo Henrique e show com o Grupo Natyê “Agora é que são elas”. Parabéns ao Sinpro, às mulheres e a todos que, com sua luta, fizeram esse sindicato ser um dos mais fortes e combativos do Brasil.

**É claro que na categoria existem muito mais que 32 mulheres (e homens) que pelo seu fazer militante ou pedagógico mereceriam o mesmo título. Nos próximos anos esperamos dar esses títulos a mais e mais professoras (es).*



Parte das comemorações do Mês da Mulher, o Sinpro-DF e a CUT realizaram, no dia 22 de março, o Seminário “Creche pública, direito para as crianças, autonomia para as mulheres”. O objetivo do evento, realizado no Centro Educacional 11 de Ceilândia, foi revelar a insuficiência no número de creches públicas de qualidade no Distrito Federal e a busca por novas unidades em toda capital federal. Segundo a coordenadora da Secretaria de Mulheres do Sinpro, Eliceuda França, o debate necessita ser feito porque a creche pública é tarefa dos educadores. “Nós educamos crianças e quando vemos que muitas delas chegam sem base às escolas, constatamos que isto é o resultado da ausência do Estado, que não oferece creches para estas crianças”, comentou Eliceuda.

Pesquisas revelam que das 165 mil crianças de até três anos, do Distrito Federal, apenas mil estão matriculadas em creches públicas. O número reflete a quantidade insuficiente de creches públicas na capital do País. Segundo o Ministério da Educação, em 2007, das 224 instituições em funcionamento no DF, apenas 11 eram públicas.



Também em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e ao aniversário de 32 anos do Sinpro foi realizado, dia 23 de março, o Seminário “Educação Integral como Instrumento para Autonomia das Mulheres, Desenvolvimento e Proteção das Crianças”. Para a diretora do Sinpro Neliane da Cunha, o objetivo foi debater a educação integral como instrumento de autonomia para as mulheres e de desenvolvimento para crianças e jovens.

SESSÃO SOLENE LEMBRA ANIVERSÁRIO

Por iniciativa da deputada Rejane Pitanga foi realizada sessão solene no plenário da Câmara Legislativa para homenagear O Sinpro pelos seus 32 anos.

O clima do evento era de alegria pelo longo e frutífero caminho trilhado pelo Sinpro nas últimas décadas. Rejane, que já foi dirigente da entidade, lembrou que a segunda greve no país – ocorrida durante a ditadura militar – foi realizada pelos professores de Brasília que “tiveram de enfrentar as botas e a repressão da ditadura”.

“Construímos um sindicato sem temer a repressão. E hoje ele é um dos maiores do país e da América Latina. Tenho a certeza de que o Sinpro continuará a ser referência na organização e luta das educadoras e educadores sempre acumulando grandes vitórias com o poder da nossa mobilização”, destacou a parlamentar.

Representando a diretoria do Sinpro, Maria Augusta Ribeiro destacou a combatividade da categoria organizada em sua entidade, independente de governos e conjuntura.



Mesa da sessão solene que homenageou o Sinpro-DF

SINDICALISMO

DIRIGENTES DEFENDEM PAUTA DOS TRABALHADORES

Mais de 400 militantes cutistas ocuparam Congresso no dia 23 e apresentaram a pauta dos trabalhadores.

“Chega de debater projetos de lei que interessam apenas ao Executivo ou aos empresários. Nós também queremos que projetos de lei de interesse dos trabalhadores sejam votados pelo Congresso”, disse o presidente da CUT, Artur Henrique, no último dia 23 de março, quando ele e cerca de 400 dirigentes e militantes cutistas visitaram todas as comissões da Câmara e do Senado, além dos líderes partidários das duas Casas.

Eles apresentaram a pauta considerada prioritária para a classe trabalhadora, que, entre outros pontos, reivindica a votação de projetos que propõem a redução da jornada de trabalho; o fim do fator previdenciário; o combate à terceirização e à precariedade das relações de trabalho; a ratificação da convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que trata da alta rotatividade da mão de obra.

A CUT defende o debate da mudança da estrutura tributária brasileira, que, segundo o presidente da CUT, Artur Henrique, é muito injusta. “Aqui



Militantes cutistas no Congresso Nacional apresentam pauta dos trabalhadores

no Brasil é o contrário do que deveria ser; quem ganha menos paga mais impostos e quem ganha mais paga menos. Isso é absolutamente contra qualquer tipo de lógica”, justifica Artur Henrique.

Na opinião da CUT, a justiça tributária seria estabelecida com a progressividade na cobrança dos impostos. Isso desmontaria a lógica atual, que faz a taxaço sobre o consumo e não sobre o patrimônio e a renda. Com a progressividade na cobrança dos impostos, quem ganha mais pagaria mais, ao contrário do que se tem hoje. Para o diretor executivo da CUT, Antônio Lisboa, a reforma tributária “colaborará para o crescimento da economia brasileira desde que ela seja feita de forma que interesse à maioria da população”. “Uma reforma tributária que concentre mais renda nas mãos da elite econômica não interessa. Precisamos fazer uma reforma tributária mais equilibrada mais justa na cobrança dos impostos. Assim, poderemos ter distribuição de renda”, afirma o dirigente da Central.

E NA RENDA E NO PATRIMÔNIO? NADA?

No Seminário “Tributos e Desenvolvimento: perspectivas para o trabalho e a distribuição de renda”, realizado pela CUT nos dias 21 e 22, o professor da UnB, Evilásio Salvador, argumentou que não seria necessário aumentar a carga tributária para que a justiça fosse feita. O que é necessário é tornar a estrutura tributária progressiva, o que quer dizer, simplesmente, alterar seu formato atual e passar a cobrar mais impostos de quem tem patrimônio e renda altos e menos de quem trabalha e tem apenas o salário como forma de sustento.

O professor da UnB negou que a carga tributária brasileira seja exagerada, citando exemplos de vários países, notadamente os europeus, onde essa captação está em patamar semelhante ao brasileiro. No Brasil, a carga tributária corresponde a 33%.

Mas, enquanto naqueles países a distribuição de renda é bem maior e a desigualdade, bem menor, no Brasil é o contrário. Qual a razão? Evilásio é taxativo: “Dos mais de 23 milhões de brasileiros que declaram imposto de renda, só 5 mil declaram mais de um milhão de reais. Bom, mas

se sabe que no Brasil, segundo uma famosa consultoria, há mais de 300 mil milionários. Cadê o restante?”

No Brasil, esclareceu o professor, 66% de todos os impostos são cobrados dos trabalhadores. Há algumas razões para essa injustiça, mas Evilásio destacou em primeiro lugar o fato de que a maior parte dos impostos recai sobre o consumo – está embutida nos preços dos produtos – e apenas uma pequena parte é cobrada dos que têm renda de aplicações financeiras e dos que têm muitas propriedades.

Ou seja, o sistema tributário do nosso país reflete, e ao mesmo tempo intensifica, uma das caracte-

rísticas mais marcantes da sociedade brasileira: a desigualdade. É um sistema regressivo, pagam mais impostos aqueles que ganham menos.

A CUT JÁ ANTECIPOU EM MOMENTOS ANTERIORES ALGUMAS PROPOSTAS QUE DEFENDE PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA:

- eliminar a cobrança do imposto de renda sobre as aposentadorias;
- dedução do imposto de renda dos gastos com planos de saúde e educação;
- dedução do imposto de renda para gastos com aluguel;
- redução de impostos sobre produtos de consumo popular;
- aumento da tributação sobre itens de consumo de luxo, como joias, por exemplo;
- aumento do número de faixas da tabela do imposto de renda;
- que o 13º salário passe a ser somado aos 12 salários do ano e, assim, deixe de ter tributação exclusiva;
- incentivo a empresas que empregam muitas pessoas, transferindo parte da contribuição patronal ao INSS para o faturamento, reduzindo a incidência sobre a folha;
- imposto sobre grandes fortunas;
- aumento da participação dos tributos diretos (aplicados sobre a renda) no total arrecadado; entre outras.

INTEGRAÇÃO DE ESCOLA E COMUNIDADE É FUNDAMENTAL PARA CONTER VIOLÊNCIA, DEFENDEM ESPECIALISTAS

Representantes de diversas instituições ligadas à educação avaliaram que o combate à violência nas escolas requer medidas que vão além do aumento da segurança nas instituições de ensino. Para especialistas, umas das medidas seria a integração da comunidade à rotina escolar. O debate sobre o tema ocorreu no dia 18 de abril, na Comissão de Direitos Humanos do Senado e estava agendado quando ocorreu o assassinato de 12 crianças na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo (RJ).

“Trancar mais ainda as escolas não vai resolver a violência. O melhor caminho é a comunidade se integrar ao processo escolar e não se afastar cada vez mais da escola”, afirmou o representante da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Antônio Lisboa.

Ele destacou que não existe solução milagrosa para o problema. De imediato, acredita, é importante que os dirigentes escolares estimulem o uso de seus espaços pela comunidade para a promoção de ações de lazer e cultura. Outro ponto destacado pelo representante da CNTE foi a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam na segurança das escolas para lidar com a violência estudantil.

Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Rosilene Correa ressaltou que a violência na escola não será resolvida sem que o Estado entenda “de uma vez

por todas” que destinar mais recursos para a educação não é despesa, mas investimento. Ela destacou que os professores são preparados para o ensino pedagógico, mas não têm preparo para lidar com a violência escolar e hoje se vê obrigado a lidar com esse quadro.

Também convidado para a audiência pública, o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Antônio Geraldo, julgou fundamental e urgente a instalação de ambulatórios psiquiátricos nas escolas para o atendimento imediato a estudantes e profissionais da educação que apresentem atitudes potencialmente violentas.

O psiquiatra citou distúrbios mentais que podem estar associados a esse tipo de violência, como depressão, anorexia, transtornos bipolar e déficit de atenção, e observou que a comunidade escolar precisa não só estar apta a identificá-los, mas saber também para onde encaminhar esses casos.

- É muita gente doente sem tratamento adequado. Vivemos um problema de desassistência psiquiátrica no país. É preciso identificar os transtornos de conduta que levam ao uso de drogas e a um comportamento antissocial - sustentou Antonio Geraldo. Ainda sobre a questão de entor-

pecentes, o presidente da ABP defendeu maior taxaço e controle na produção e venda de insumos legais usados na produção de cocaína e “crack”.

“Um ato extremo como o de Realengo poderia ser evitado se o professor fosse preparado para detectar os primeiros sintomas e ter para onde mandar esse aluno afirmou. (fonte: Agência Brasil)



Mesa do debate no Senado Federal

TABELAS SALARIAIS COM REAJUSTE DE 6,36%

As tabelas a seguir mostram como ficarão os salários de professoras e professores com a primeira parcela do reajuste, ou seja, 6,36%, que serão pagos com o salário do mês de abril, retroativo ao mês de março. Em setembro as tabelas serão reajustadas em 4,78% e, em março, em 2,69% perfazendo assim o total de 13,83 do reajuste do Fundo.

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO - REAJUSTE 6,36%
PROFESSORES CLASSE A - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS

ETAPA	Vencimento Básico	GRC/ GSE 30%	Dedicação Exclusiva 50%	ABONO	Total Proposto	Anuênio	Total + Anuênio	Total Atual	Diferença %	Diferença Valor
1	2.162,87	648,86	1.081,44	59,87	3.953,04	0,00	3.953,04	3.720,24	6,26%	232,80
2	2.206,13	651,84	1.103,07	59,87	4.030,91	22,06	4.052,97	3.814,19	6,26%	238,78
3	2.250,25	675,08	1.125,13	59,87	4.110,33	45,01	4.155,33	3.910,43	6,26%	244,90
4	2.295,26	688,58	1.147,63	59,87	4.191,33	68,86	4.260,19	4.009,02	6,27%	251,17
5	2.341,16	702,35	1.170,58	59,87	4.273,96	93,65	4.367,61	4.110,02	6,27%	257,59
6	2.387,99	716,40	1.193,99	59,87	4.358,25	119,40	4.477,65	4.213,47	6,27%	264,17
7	2.435,75	730,72	1.217,87	59,87	4.444,21	146,14	4.590,36	4.319,45	6,27%	270,91
8	2.484,46	745,34	1.242,23	59,87	4.531,90	173,91	4.705,81	4.428,00	6,27%	277,81
9	2.534,15	760,25	1.267,08	59,87	4.621,34	202,73	4.824,07	4.539,19	6,28%	284,89
10	2.584,83	775,45	1.292,42	59,87	4.712,57	232,64	4.945,21	4.653,08	6,28%	292,13
11	2.636,53	790,96	1.318,27	59,87	4.805,62	263,65	5.069,28	4.769,73	6,28%	299,55
12	2.689,26	806,78	1.344,63	59,87	4.900,54	295,82	5.196,36	4.889,21	6,28%	307,15
13	2.743,05	822,91	1.371,52	59,87	4.997,35	329,17	5.326,52	5.011,59	6,28%	314,93
14	2.797,91	839,37	1.398,95	59,87	5.096,10	363,73	5.459,83	5.136,93	6,29%	322,90
15	2.853,87	856,16	1.426,93	59,87	5.196,83	399,54	5.596,37	5.265,30	6,29%	331,07
16	2.910,94	873,28	1.455,47	59,87	5.299,57	436,64	5.736,21	5.396,78	6,29%	339,43
17	2.969,16	890,75	1.484,58	59,87	5.404,36	475,07	5.879,43	5.531,43	6,29%	347,99
18	3.028,54	908,56	1.514,27	59,87	5.511,25	514,85	6.026,10	5.669,34	6,29%	356,76
19	3.089,12	926,73	1.544,56	59,87	5.620,28	556,04	6.176,32	5.810,57	6,29%	365,75
20	3.150,90	945,27	1.575,45	59,87	5.731,49	598,67	6.330,16	5.955,21	6,30%	374,95
21	3.213,92	964,17	1.606,96	59,87	5.844,92	642,78	6.487,70	6.103,33	6,30%	384,37
22	3.278,19	983,46	1.639,10	59,87	5.960,62	688,42	6.649,04	6.255,03	6,30%	394,01
23	3.343,76	1.003,13	1.671,88	59,87	6.078,63	735,63	6.814,26	6.410,37	6,30%	403,89
24	3.410,63	1.023,19	1.705,32	59,87	6.199,01	784,45	6.983,46	6.569,44	6,30%	414,01
25	3.478,85	1.043,65	1.739,42	59,87	6.321,79	834,92	7.156,72	6.732,34	6,30%	424,37

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO - REAJUSTE 6,36%
PROFESSORES CLASSE B - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS

ETAPA	Vencimento Básico	GRC/ GSE 30%	Dedicação Exclusiva 50%	ABONO	Total Proposto	Anuênio	Total + Anuênio	Total Atual	Diferença %	Diferença Valor
1	1.941,71	592,51	970,85	59,87	3.554,94	0,00	3.554,94	3.345,94	6,25%	209,00
2	1.980,54	594,16	990,27	59,87	3.624,85	19,81	3.644,65	3.430,29	6,25%	214,37
3	2.020,15	606,05	1.010,08	59,87	3.696,15	40,40	3.736,55	3.516,69	6,25%	219,86
4	2.060,56	618,17	1.030,28	59,87	3.768,87	61,82	3.830,69	3.605,20	6,25%	225,49
5	2.101,77	630,53	1.050,88	59,87	3.843,05	84,07	3.927,12	3.695,87	6,26%	231,26
6	2.143,80	643,14	1.071,90	59,87	3.918,71	107,19	4.025,91	3.788,74	6,26%	237,17
7	2.186,68	656,00	1.093,34	59,87	3.995,89	131,20	4.127,09	3.883,88	6,26%	243,21
8	2.230,41	669,12	1.115,21	59,87	4.074,61	156,13	4.230,74	3.981,33	6,26%	249,41
9	2.275,02	682,51	1.137,51	59,87	4.154,91	182,00	4.336,91	4.081,15	6,27%	255,76
10	2.320,52	696,16	1.160,26	59,87	4.236,81	208,85	4.445,65	4.183,39	6,27%	262,26
11	2.366,93	710,08	1.183,47	59,87	4.320,35	236,69	4.557,04	4.288,11	6,27%	268,92
12	2.414,27	724,28	1.207,14	59,87	4.405,56	265,57	4.671,13	4.395,38	6,27%	275,75
13	2.462,56	738,77	1.231,28	59,87	4.492,47	295,51	4.787,98	4.505,24	6,28%	282,73
14	2.511,81	753,54	1.255,90	59,87	4.581,12	326,53	4.907,66	4.617,77	6,28%	289,89
15	2.562,04	768,61	1.281,02	59,87	4.671,55	358,69	5.030,23	4.733,01	6,28%	297,22
16	2.613,28	783,99	1.306,64	59,87	4.763,78	391,99	5.155,77	4.851,04	6,28%	304,73
17	2.665,55	799,66	1.332,77	59,87	4.857,86	426,49	5.284,35	4.971,93	6,28%	312,42
18	2.718,86	815,66	1.359,43	59,87	4.953,82	462,21	5.416,02	5.095,73	6,29%	320,29
19	2.773,24	831,97	1.386,62	59,87	5.051,70	499,18	5.550,88	5.222,52	6,29%	328,36
20	2.828,70	848,61	1.414,35	59,87	5.151,53	537,45	5.688,99	5.352,37	6,29%	336,61
21	2.885,28	865,58	1.442,64	59,87	5.253,37	577,06	5.830,42	5.485,35	6,29%	345,07
22	2.942,98	882,89	1.471,49	59,87	5.357,24	618,03	5.975,26	5.621,53	6,29%	353,73
23	3.001,84	900,55	1.500,92	59,87	5.463,18	660,41	6.123,59	5.760,99	6,29%	362,60
24	3.061,88	918,56	1.530,94	59,87	5.571,25	704,23	6.275,48	5.903,80	6,30%	371,69
25	3.123,12	936,93	1.561,56	59,87	5.681,48	749,55	6.431,03	6.050,04	6,30%	380,99

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO - REAJUSTE 6,36%
PROFESSORES CLASSE C - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS

ETAPA	Vencimento Básico	GRC/ GSE 30%	Dedicação Exclusiva 50%	ABONO	Total Proposto	Anuênio	Total + Anuênio	Total Atual	Diferença %	Diferença Valor
1	1.701,15	510,35	850,58	59,87	3.121,95	0,00	3.121,95	2.938,85	6,23%	183,10
2	1.735,18	520,55	867,59	59,87	3.183,19	17,35	3.200,54	3.012,74	6,23%	187,80
3	1.769,88	530,96	884,94	59,87	3.245,65	35,40	3.281,05	3.088,44	6,24%	192,61
4	1.805,28	541,58	902,64	59,87	3.309,37	54,16	3.363,53	3.165,98	6,24%	197,55
5	1.841,38	552,42	920,69	59,87	3.374,36	73,66	3.448,02	3.245,42	6,24%	202,60
6	1.878,21	563,46	939,11	59,87	3.440,65	93,91	3.534,56	3.326,79	6,25%	207,77
7	1.915,78	574,73	957,89	59,87	3.508,27	114,95	3.623,21	3.410,14	6,25%	213,07
8	1.954,09	586,23	977,05	59,87	3.577,23	136,79	3.714,02	3.495,52	6,25%	218,50
9	1.993,17	597,95	996,59	59,87	3.647,58	159,45	3.807,03	3.582,97	6,25%	224,07
10	2.033,04	609,91	1.016,52	59,87	3.719,34	182,97	3.902,31	3.672,55	6,26%	229,76
11	2.073,70	622,11	1.036,85	59,87	3.792,52	207,37	3.999,89	3.764,30	6,26%	235,59
12	2.115,17	634,55	1.057,59	59,87	3.867,18	232,67	4.099,85	3.858,27	6,26%	241,57
13	2.157,47	647,24	1.078,74	59,87	3.943,32	258,90	4.202,22	3.954,52	6,26%	247,70
14	2.200,62	660,19	1.100,31	59,87	4.020,99	286,08	4.307,07	4.053,11	6,27%	253,97
15	2.244,64	673,39	1.122,32	59,87	4.100,22	314,25	4.414,46	4.154,08	6,27%	260,39
16	2.289,53	686,86	1.144,76	59,87	4.181,02	343,43	4.524,45	4.257,49	6,27%	266,96
17	2.335,32	700,80	1.167,66	59,87	4.263,45	373,65	4.637,10	4.363,40	6,27%	273,70
18	2.382,03	714,61	1.191,01	59,87	4.347,52	404,94	4.752,46	4.471,86	6,27%	280,60
19	2.429,67	728,90	1.214,83	59,87	4.433,27	437,34	4.870,61	4.582,95	6,28%	287,66
20	2.478,26	743,48	1.239,13	59,87	4.520,74	470,87	4.991,61	4.696,71	6,28%	294,90
21	2.527,82	758,35	1.263,91	59,87	4.609,95	505,56	5.115,52	4.813,21	6,28%	302,31
22	2.578,38	773,51	1.289,19	59,87	4.700,96	541,46	5.242,42	4.932,52	6,28%	309,90
23	2.629,95	788,98	1.314,97	59,87	4.793,78	578,59	5.372,37	5.054,70	6,28%	317,67
24	2.682,55	804,76	1.341,27	59,87	4.888,46	616,99	5.505,44	5.179,82	6,29%	325,62
25	2.736,20	820,86	1.368,10	59,87	4.985,03	656,69	5.641,72	5.307,94	6,29%	333,77

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO - REAJUSTE 6,36%
PROFESSORES CLASSE A - SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS

ETAPA	Vencimento Básico	GRC/ GSE 30%	ABONO	Total Proposto	Anuênio	Total + Anuênio	Total Atual	Diferença %	Diferença Valor
1	2.162,87	648,86	59,87	2.871,61	0,00	2.871,61	2.703,47	6,22%	168,13
2	2.206,13	661,84	59,87	2.927,84	22,06	2.949,90	2.777,09	6,22%	172,82
3	2.250,25	675,08	59,87	2.985,20	45,01	3.030,20	2.852,59	6,23%	177,62
4	2.295,26	688,58	59,87	3.043,71	68,86	3.112,56	2.930,02	6,23%	182,54
5	2.341,16	702,35	59,87	3.103,38	93,65	3.197,03	3.009,44	6,23%	187,59
6	2.387,99	716,40	59,87	3.164,25	119,40	3.283,65	3.090,88	6,24%	192,77
7	2.435,75	730,72	59,87	3.226,34	146,14	3.372,49	3.174,40	6,24%	198,09
8	2.484,46	745,34	59,87	3.289,67	173,91	3.463,58	3.260,05	6,24%	203,53
9	2.534,15	760,25	59,87	3.354,27	202,73	3.557,00	3.347,88	6,25%	209,12
10	2.584,83	775,45	59,87	3.420,15	232,64	3.652,79	3.437,94	6,25%	214,85
11	2.636,53	790,96	59,87	3.487,36	263,65	3.751,01	3.530,29	6,25%	220,72
12	2.689,26	806,78	59,87	3.555,91	295,82	3.851,73	3.624,99	6,25%	226,74
13	2.743,05	822,91	59,87	3.625,83	329,17	3.955,00	3.722,08		

ESPECIALIZAÇÃO

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO - REAJUSTE 6,36%
PROFESSORES CLASSE A-2 ESPECIALIZAÇÃO - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS

ETAPA	Vencimento Básico	GRC/ GSE 30%	Dedicação Exclusiva 50%	ABONO	Total Proposto	Anuênio	Total + Anuênio	Total Atual	Diferença %	Diferença Valor
1	2.162,87	648,86	1.081,44	59,87	3.953,04	0,00	3.953,04	3.720,24	6,26%	232,80
2	2.206,13	661,84	1.103,07	59,87	4.030,91	22,06	4.052,97	3.814,19	6,26%	238,78
3	2.250,25	675,08	1.125,13	59,87	4.110,33	45,01	4.155,33	3.910,43	6,26%	244,90
4	2.410,02	723,01	1.205,01	59,87	4.397,91	72,30	4.470,21	4.206,48	6,27%	263,73
5	2.458,22	737,47	1.229,11	59,87	4.484,67	98,33	4.583,00	4.312,53	6,27%	270,47
6	2.507,39	752,22	1.253,69	59,87	4.573,16	125,37	4.698,53	4.421,15	6,27%	277,38
7	2.557,53	767,26	1.278,77	59,87	4.663,43	153,45	4.816,88	4.532,43	6,28%	284,46
8	2.608,68	782,61	1.304,34	59,87	4.755,50	182,61	4.938,11	4.646,40	6,28%	291,71
9	2.660,86	798,26	1.330,43	59,87	4.849,41	212,87	5.062,28	4.763,15	6,28%	299,13
10	2.714,08	814,22	1.357,04	59,87	4.945,21	244,27	5.189,47	4.882,74	6,28%	306,74
11	2.768,36	830,51	1.384,18	59,87	5.042,91	276,84	5.319,75	5.005,22	6,28%	314,53
12	2.823,72	847,12	1.411,86	59,87	5.142,57	310,61	5.453,18	5.130,68	6,29%	322,51
13	2.880,20	864,06	1.440,10	59,87	5.244,23	345,62	5.589,85	5.259,17	6,29%	330,68
14	2.937,80	881,34	1.468,90	59,87	5.347,91	381,91	5.729,83	5.390,78	6,29%	339,05
15	2.996,56	899,97	1.498,28	59,87	5.453,68	419,52	5.873,19	5.525,57	6,29%	347,62
16	3.056,49	919,95	1.528,24	59,87	5.561,55	458,47	6.020,02	5.663,62	6,29%	356,40
17	3.117,62	939,29	1.558,81	59,87	5.671,58	498,82	6.170,40	5.805,01	6,29%	365,39
18	3.179,97	959,99	1.589,99	59,87	5.783,82	540,60	6.324,41	5.949,81	6,30%	374,60
19	3.243,57	973,07	1.621,79	59,87	5.898,30	583,84	6.482,14	6.098,11	6,30%	384,03
20	3.308,44	992,53	1.654,22	59,87	6.015,07	628,60	6.643,67	6.249,98	6,30%	393,69
21	3.374,61	1.012,38	1.687,31	59,87	6.134,17	674,92	6.809,09	6.405,51	6,30%	403,59
22	3.442,10	1.032,63	1.721,05	59,87	6.255,66	722,84	6.978,50	6.564,78	6,30%	413,72
23	3.510,95	1.053,28	1.755,47	59,87	6.379,57	772,41	7.151,98	6.727,89	6,30%	424,09
24	3.581,16	1.074,35	1.790,58	59,87	6.505,97	823,67	7.329,63	6.894,92	6,30%	434,71
25	3.652,79	1.095,84	1.826,39	59,87	6.634,89	876,67	7.511,56	7.065,97	6,31%	445,59

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO - REAJUSTE 6,36%
PROFESSORES CLASSE B-2 ESPECIALIZAÇÃO - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS

ETAPA	Vencimento Básico	GRC/ GSE 30%	Dedicação Exclusiva 50%	ABONO	Total Proposto	Anuênio	Total + Anuênio	Total Atual	Diferença %	Diferença Valor
1	1.941,71	582,51	970,85	59,87	3.554,94	0,00	3.554,94	3.345,94	6,25%	209,00
2	1.980,54	594,16	990,27	59,87	3.624,85	19,81	3.644,65	3.430,29	6,25%	214,37
3	2.020,15	606,05	1.010,08	59,87	3.696,15	40,40	3.736,55	3.516,69	6,25%	219,86
4	2.163,58	649,08	1.081,79	59,87	3.954,32	64,91	4.019,23	3.782,46	6,26%	236,76
5	2.206,86	662,06	1.103,43	59,87	4.032,21	89,27	4.120,48	3.877,67	6,26%	242,82
6	2.250,99	675,30	1.125,50	59,87	4.111,66	115,55	4.227,21	3.975,18	6,26%	249,02
7	2.296,01	688,80	1.148,01	59,87	4.192,69	137,76	4.330,45	4.075,08	6,27%	255,38
8	2.341,93	702,58	1.170,97	59,87	4.275,35	163,94	4.439,28	4.177,40	6,27%	261,88
9	2.388,77	716,63	1.194,39	59,87	4.359,66	191,10	4.550,76	4.282,21	6,27%	268,55
10	2.436,55	730,96	1.218,27	59,87	4.445,65	219,29	4.664,94	4.389,57	6,28%	275,38
11	2.485,28	745,58	1.242,64	59,87	4.533,37	248,53	4.781,90	4.499,53	6,28%	282,37
12	2.534,98	760,50	1.267,49	59,87	4.622,84	278,85	4.901,69	4.612,15	6,28%	289,53
13	2.585,68	775,70	1.292,84	59,87	4.714,10	310,28	5.024,38	4.727,51	6,28%	296,87
14	2.637,40	791,22	1.318,70	59,87	4.807,18	342,86	5.150,05	4.845,66	6,28%	304,39
15	2.690,14	807,04	1.345,07	59,87	4.902,13	376,62	5.278,75	4.966,67	6,28%	312,08
16	2.743,95	823,18	1.371,97	59,87	4.998,98	411,59	5.410,57	5.090,60	6,29%	319,96
17	2.798,83	839,65	1.399,41	59,87	5.097,76	447,81	5.545,57	5.217,53	6,29%	328,04
18	2.854,80	856,44	1.427,40	59,87	5.198,52	485,32	5.683,83	5.347,53	6,29%	336,31
19	2.911,90	873,57	1.455,95	59,87	5.301,29	524,14	5.825,43	5.480,66	6,29%	344,77
20	2.970,14	891,04	1.485,07	59,87	5.406,12	564,33	5.970,44	5.617,00	6,29%	353,44
21	3.029,54	908,86	1.514,77	59,87	5.513,04	605,91	6.118,95	5.756,63	6,29%	362,32
22	3.090,13	927,04	1.545,07	59,87	5.622,11	648,93	6.271,03	5.899,61	6,30%	371,42
23	3.151,93	945,58	1.575,97	59,87	5.733,35	693,43	6.426,78	6.046,04	6,30%	380,73
24	3.214,97	964,49	1.607,49	59,87	5.846,82	739,44	6.586,26	6.195,99	6,30%	390,27
25	3.279,27	983,78	1.639,64	59,87	5.962,56	787,03	6.749,58	6.349,55	6,30%	400,04

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO - REAJUSTE 6,36%
PROFESSORES CLASSE A-2 ESPECIALIZAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

ETAPA	Vencimento Básico	GRC/ GSE 30%	ABONO	Total Proposto	Anuênio	Total + Anuênio	Total Atual	Diferença %	Diferença Valor
1	1.081,44	324,43	59,87	1.465,74	0,00	1.465,74	1.381,67	6,08%	84,07
2	1.103,07	330,92	59,87	1.493,85	11,03	1.504,89	1.418,48	6,09%	86,41
3	1.125,13	337,54	59,87	1.522,53	22,50	1.545,04	1.456,23	6,10%	88,81
4	1.205,01	361,90	59,87	1.626,38	36,15	1.662,53	1.566,70	6,12%	95,83
5	1.229,11	368,73	59,87	1.657,71	49,16	1.706,88	1.608,39	6,12%	98,49
6	1.253,69	376,11	59,87	1.689,67	62,68	1.752,36	1.651,15	6,13%	101,21
7	1.278,77	383,63	59,87	1.722,27	76,73	1.799,99	1.695,00	6,14%	103,99
8	1.304,34	391,30	59,87	1.755,51	91,30	1.846,82	1.739,96	6,14%	106,85
9	1.330,43	399,13	59,87	1.789,43	106,43	1.895,86	1.786,07	6,15%	109,79
10	1.357,04	407,11	59,87	1.824,02	122,13	1.946,15	1.833,36	6,15%	112,79
11	1.384,18	415,25	59,87	1.859,30	138,42	1.997,72	1.881,84	6,16%	115,88
12	1.411,86	423,56	59,87	1.895,29	155,30	2.050,60	1.931,56	6,16%	119,04
13	1.440,10	432,03	59,87	1.932,00	172,81	2.104,81	1.982,53	6,17%	122,28
14	1.468,90	440,67	59,87	1.969,44	190,96	2.160,40	2.034,79	6,17%	125,61
15	1.498,28	449,48	59,87	2.007,63	209,76	2.217,39	2.088,38	6,18%	129,01
16	1.528,24	458,47	59,87	2.046,59	229,24	2.275,82	2.143,32	6,18%	132,51
17	1.558,81	467,64	59,87	2.086,32	249,41	2.335,73	2.199,37	6,19%	136,09
18	1.589,99	477,00	59,87	2.126,85	270,30	2.397,15	2.257,39	6,19%	139,76
19	1.621,79	486,54	59,87	2.168,19	291,92	2.460,11	2.316,58	6,20%	143,53
20	1.654,22	496,27	59,87	2.210,36	314,30	2.524,66	2.377,27	6,20%	147,39
21	1.687,31	506,19	59,87	2.253,37	337,46	2.590,83	2.439,48	6,20%	151,34
22	1.721,05	516,32	59,87	2.297,24	361,42	2.658,66	2.503,26	6,21%	155,40
23	1.755,47	526,64	59,87	2.341,98	386,20	2.728,19	2.568,63	6,21%	159,56
24	1.790,58	537,17	59,87	2.387,63	411,83	2.799,46	2.635,64	6,22%	163,82
25	1.826,39	547,92	59,87	2.434,18	438,33	2.872,52	2.704,33	6,22%	168,19

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO - REAJUSTE 6,36%
PROFESSORES CLASSE B-2 ESPECIALIZAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

ETAPA	Vencimento Básico	GRC/ GSE 30%	ABONO	Total Proposto	Anuênio	Total + Anuênio	Total Atual	Diferença %	Diferença Valor
1	970,85	291,26	59,87	1.321,98	0,00	1.321,98	1.246,51	6,05%	75,47
2	990,27	297,08	59,87	1.347,22	9,90	1.357,13	1.279,55	6,06%	77,57
3	1.010,08	303,02	59,87	1.372,97	20,20	1.393,17	1.313,44	6,07%	79,73
4	1.081,79	324,54	59,87	1.466,20	32,45	1.498,65	1.412,62	6,09%	86,04
5	1.103,43	331,03	59,87	1.494,33	44,14	1.538,46	1.450,05	6,10%	88,42
6	1.125,50	337,65	59,87	1.523,02	56,27	1.579,29	1.488,43	6,10%	90,86
7	1.148,01	344,40	59,87	1.552,28	68,88	1.621,16	1.527,80	6,11%	93,36
8	1.170,97	351,29	59,87	1.582,13	81,97	1.664,09	1.568,16	6,12%	95,93
9	1.194,39	358,32	59,87	1.612,57	95,55	1.708,12	1.609,56	6,12%	98,56
10	1.218,27	365,48	59,87	1.643,63	109,64	1.753,27	1.652,01	6,13%	101,26
11	1.242,64	372,79	59,87	1.675,30	124,26	1.799,56	1.695,53	6,14%	104,03
12	1.267,49	380,25	59,87	1.707,61	139,42	1.847,03	1.740,16	6,14%	106,87
13	1.292,84	387,85	59,87	1.740,56	155,14	1.895,71	1.785,92	6,15%	109,78
14	1.318,70	395,61	59,87	1.774,18	171,43	1.945,61	1.832,84	6,15%	112,76
15	1.345,07	403,52	59,87	1.808,46	188,31	1.996,77	1.880,95	6,16%	115,82
16	1.371,97	411,59	59,87	1.843,44	205,80	2.049,23	1.930,27	6,16%	118,96
17	1.399,41	419,82	59,87	1.879,11	223,91	2.103,01	1.980,84	6,17%	122,18
18	1.427,								

CURSO “VIDAS PLURAIS” COLOCA EM DISCUSSÃO HOMOFOBIA NAS ESCOLAS

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) entrou definitivamente na briga contra a homofobia e o sexismo nas escolas. O curso “Vidas Plurais: enfrentando o sexismo e a homofobia nas escolas”, tem por objetivo discutir o assunto de maneira ampla entre os professores e apresentar formas de como lidar com o assunto. A intenção é abordar as questões de gênero e montar ações estratégicas de combate ao preconceito, ao sexismo e a homofobia no ambiente escolar. O curso foi lançado dia 15 de março e vai até 30 de abril na sede do Sinpro, subsele de Taguatinga e no Centro de Ensino Médio 2 do Gama.

A Coordenadora da Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade do Sinpro, Wiviane Farkas, destacou o papel de vanguarda do Sinpro em realizar uma parceria inédita com a UnB e outras instituições de ensino, para colocar em prática a idéia de um curso que visa combater a homofobia nas escolas. Participaram da abertura do projeto a diretora do Sinpro, Berenice Darc, representando a CNTE, a Secretária de Mulheres da CUT, Maria das Graças, o Coordenador Geral do Vidas Plurais pela UnB, Wanderson Flor, Tatiana Nascimento, Coordenadora do projeto e Verônica Diano, Consultora de gênero e diversidade sexual da Coordenação Geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação (CGDH/SECAD/MEC).

“A equipe do curso Vidas Plurais está bastante satisfeita com a parceria com o Sinpro porque aumentou o acesso do público docente e diversificou os locais de oferta, incluindo Gama e Taguatinga”, comentou a coordenadora pedagógica do curso, Tatiana Nascimento.



Mesa de abertura do curso Vidas Plurais.

CENTRO EDUCACIONAL 2 DE TAGUATINGA PEDE MAIS SEGURANÇA

Professores e funcionários do Centro Educacional 2 de Taguatinga vêm sofrendo com a ação criminosa de algumas pessoas que utilizam as dependências da escola para cometer vários tipos de crime. Segundo o relato de funcionários, alguns alunos ficam na porta da escola mais de oito horas por dia consumindo bebidas alcoólicas, maconha e crack. Na maioria dos casos tudo é usado dentro da própria escola, o que acaba acarretando agressões físicas entre colegas, assaltos à mão armada, falta de respeito dos jovens para com os funcionários, professores e até mesmo com os policiais que trabalham nas dependências do CED.

Muitas vezes os menores são apreendidos e levados até a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), liberados posteriormente e voltam ao Centro Educacional cometendo o mesmo tipo de infração criminosa. Devido

ao clima de insegurança, uma professora que foi ameaçada pediu devolução à DRET e outra, em contrato temporário, sequer quis assumir a turma com medo. “Os alunos que querem estudar estão se evadindo do ambiente escolar, uma vez que sofrem ameaças constantes à sua integridade física e moral, embora a escola busque todas as alternativas possíveis e legais para evitar este tipo de coisas”, comenta um funcionário da escola.

Para sanar estes problemas, a diretoria buscou a parceria do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), da Diretoria Regional de Ensino, da Promotoria Pública, Polícia Militar, do Conselho Tutelar e de outras instituições sociais. Além disto o Centro Educacional realizará seminários sobre o tema Violência nas Escolas para professores e funcionários; promover à oficinas sobre pre-

venção do uso de drogas; solicitar à Secretaria de Justiça palestras sobre drogas para alunos; solicitar projetos alternativos para os alunos do 2º Segmento; exigir condições especiais de trabalho para atender os alunos que causam problemas; cursos da EAPE sobre inclusão dos alunos do sistema prisional; dois profissionais qualificados nos corredores por turno para controlar a disciplina e acompanhar o movimento no interior da escola; gratificação para professores que trabalham com alunos do sistema prisional; rondas policiais ao redor da escola e outras medidas que ajudem na contenção das ações criminosas.

Em 2011 o CED 2 está atendendo aos três segmentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), possibilitando aos alunos em defasagem escolar a possibilidade de terminar seus estudos.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

Chamados equivocadamente de “defensivos” agrícolas e até de “remédios” para as plantas, os venenos agrícolas se transformaram numa das piores facetas do agronegócio brasileiro. As consequências do uso indiscriminado desses elementos químicos afetam toda a população, que precisa se alimentar para continuar o ciclo da vida e sofre com a quantidade de agrotóxico colocada nos alimentos quando estes ainda estão na fase de produção, ou seja, antes de irem para o prato.

Quem perde com medidas como essas é o povo, pois ingere comida envenenada, bebe água contaminada, respira um ar poluído de resíduos químicos, tem os solos contaminados com resíduos químicos persistentes e montanhas de embalagens com destino inadequado. Isso gera o adoecimento dos seres humanos, que apresentam sinais de falência de seus organismos por conta das doses cavalares de venenos agrícolas encontrados na pele, no estômago, no sangue, no fígado.

As principais vítimas dessa corrida produtiva sem nenhum cuidado são os pequenos agricultores, os trabalhadores do agronegócio e os consumidores pobres, que sofrem com doenças de pele, dores de cabeça constantes e depressão. Há estudos feitos na área da saúde que comprovam que o número de pessoas com câncer aumentou nos últimos anos e as causas podem estar relacionadas com o contato e a ingestão de produtos químicos usados nas lavouras e indústrias alimentícias.

CAMPEONATO SEM NENHUMA GLÓRIA

Os dados relativos à utilização dos agrotóxicos na agricultura brasileira são alarmantes. Nos anos de 2008 e 2009, o Brasil se tornou o campeão mundial de consumo de agrotóxicos, caracterizando-se como a agricultura mais envenenada do mundo. Ao traduzir esse título funesto para a realidade da população, percebe-se que cada habitante consome mais de cinco quilos de veneno por ano. São números assustadores, considerando as possíveis consequências da ingestão desses produtos químicos.

Existe uma relação perversa entre algumas indústrias que fabricam os produtos químicos utilizados nas lavouras agrícolas e que produzem medicamentos, pois boa parte delas realiza as duas atividades. Ou seja, há um lucro garantido e dobrado para essas indústrias de produtos químicos, uma vez que produzem o veneno que faz com que a população adoça e, ao mesmo tempo, fabricam o medicamento para curar os males provocados por elas mesmas.

A ALTERNATIVA ECOLÓGICA

Um recente estudo publicado pelas Nações Unidas, intitulado Agroecologia e o Direito à Comida, revelou que a utilização de práticas orgânicas nas pequenas indústrias podem dobrar a produção agrícola em apenas



uma década. O estudo mostrou que as medidas funcionaram em 20 países e que os agricultores conseguiram 100% a mais de resultado em suas lavouras num período de três a 10 anos.

No Brasil, diversas entidades, como sindicatos, ONGs ambientalistas, trabalhadores da área da saúde e alimentação, lançaram a “Campanha Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida”. Foram formados comitês em quase todos os Estados, objetivando conscientizar a população sobre os riscos dos agrotóxicos e mostrar que existem alternativas a esse modelo de produção imposto pelo agronegócio. O trabalho de formação de consciência ecológica deverá alcançar boa parte da população das grandes cidades e, também, do interior.

Estão sendo produzidos materiais informativos como: cartazes, cartilhas de formação, gibis para o público infante-juvenil, vídeo-documentário, folders e calendários. A distribuição desse material está a cargo dos comitês estaduais. Aqui no Distrito Federal é possível entrar em contato com o Comitê Distrital por meio do endereço eletrônico contraagrototoxicosdf@gmail.com. A campanha, segundo os membros desses comitês, deverá abranger as escolas e outras instituições públicas.

SAÚDE

NÃO SOMOS MÁQUINAS, POR ISSO ADOECEMOS!

Mais uma vez as licenças médicas de educadoras e educadores são usadas como justificativa para a crônica falta de professores nas escolas públicas do DF. No mês de março, houve mais um capítulo da série de matérias jornalísticas mostrando salas com alunos sem professores, diretores e diretoras de escolas cobrando do GDF profissionais para substituição e a culpabilização da categoria que, segundo as reportagens, apresenta muitos atestados.

Em um quadro "explicativo" o DFTV, por exemplo, mostra o aumento no número de atestados, de 10 em janeiro para mais de 350 em fevereiro. Nem sequer se "tocaram" de que janeiro é de férias coletivas dos professores e que os 10 atestados do referido mês, muito provavelmente, são de prorrogação de atestados de dezembro. Também não se preocuparam em saber os motivos que estejam por trás desse adoecimento crônico.

A coordenadora da Secretaria de Saúde do Trabalhador, Maria José Barreto, a Zezé, foi procurada e explicou que é urgente a implantação de uma política de prevenção e promoção da saúde pela Secretaria de Educação, que as condições de trabalho hoje existentes nas escolas são

determinantes para o comprometimento cada vez maior da saúde dos profissionais, que hoje a escola é caixa de ressonância de uma sociedade com inúmeros problemas e muitas carências. Disse ainda que a diferença do número de licenças das escolas públicas e privadas é porque na escola particular o professor vai trabalhar mesmo doente, por medo de perder o emprego.

Mas, infelizmente, a matéria é editada

para fazer cumprir a pauta de que "o problema da falta de professores é causado pelo número de licenças médicas" e não pela falta de planejamento da Secretaria de Educação, que não mantém professores suficientes no banco de reservas e que não realiza concursos públicos para suprir todas as carências efetivas da rede. O DFTV 1ª Edição, por exemplo, chega dizer que o Sinpro "concorda" que há muitas licenças médicas, quando tudo o que falamos foi que as condições de trabalho estavam realmente levando os professores a adoecerem. Diante disso, acionamos nosso departamento jurídico e estamos estudando a possibilidade de entrar na Justiça para pedir reparação de danos e direito de resposta.



Reunião em que o Sinpro apresentou sugestões para saúde do trabalhador em Educação

Se há fraudes, vamos detectá-las e coibi-las, mas não podemos juntar num mesmo balaio pretensos profissionais aéticos e educadores que estejam realmente doentes, precisando de cuidado e compreensão. Não somos máquinas e por isso adoecemos. Exigimos respeito e iremos buscar na Justiça esse respeito, se preciso.

ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

A Secretaria dos Aposentados (as) do Sinpro convoca as aposentadas e aposentados que participaram dos cursos de formação em Caldas Novas para uma reunião no próximo dia 5 de maio,

às 14h, na sede do Sinpro. É muito importante a presença de todas e todos os companheiras(os), pois discutiremos, entre outros pontos, a 2ª etapa do curso.

Brevemente divulgaremos para to-

das e todos novas turmas para os cursos de informática (básico e avançado), para os cursos de formação 1ª etapa e outras novidades no atendimento a companheira e ao companheiro aposentado.

ASSÉDIO MORAL: UM INIMIGO ÀS VEZES INVISÍVEL

O assédio moral ou a violência moral no trabalho não é um fenômeno novo, mas infelizmente vem ganhando espaço nos mais variados segmentos de trabalho. O assédio moral é caracterizado como a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, geralmente repetitivas e prolongadas, durante o horário de trabalho e no exercício de suas funções, que acabam por comprometer a integridade emocional e psicológica da vítima, que fica, por sua vez, cada vez mais compelida a abandonar o ambiente de trabalho.

É importante lembrar que algumas das características que definem o assédio são as repetições sistemáticas; intencionalidade (forçar o outro a abrir mão do emprego); direcionalidade (uma pessoa do grupo é escolhida como "bode expiatório"); temporalidade (durante a jornada, por dias e meses); e degradação deliberada das condições de trabalho.

O número de educadoras e educadores que vêm sofrendo deste mal nas escolas públicas do Distrito Federal é cada vez maior. O assédio é praticado, na maioria das vezes, por diretores ou profissionais que ocupam cargos de chefia dentro das institui-

ções de ensino. Os professores temporários são os principais alvos, já que não contam com estabilidade no emprego. O Sinpro-DF repudia todo tipo de assédio moral e trabalha para que os casos sejam noticiados e os responsáveis punidos.

Em um destes casos, o Governo do Distrito Federal foi condenado a pagar R\$ 10 mil de indenização a uma professora que trabalha em uma escola do Paranoá, por conduta de assédio moral do supervisor pedagógico.

Segundo a sentença proferida pela Justiça, o supervisor submeteu a professora a constrangimentos e fez pressão para que ela saísse da escola. Funcionários do Centro de Ensino revelaram que o supervisor tem um histórico de agressividades e ofensas aos professores que lá trabalham, quando no desempenho das suas funções pedagógicas. "A conduta desrespeitosa do então supervisor já ocasionou a saída de mais doze professores. Uma testemunha disse que durante as reuniões o supervisor costuma gritar, dizer que quem apresenta atestado médico quer "enrolar", além de fazer uma série de ameaças. Em uma delas, ele disse que quem não seguisse sua ideologia teria o mesmo destino dos

demais. Esta prática tem de acabar", analisa o diretor Rodrigo Rodrigues. Os casos de assédio moral podem ser denunciados no jurídico do Sinpro, de segunda a sexta-feira e nas subseções de Taguatinga (terça e quinta-feira), Gama (sexta-feira) e Planaltina (quarta-feira).



INFORMES JURÍDICOS

PUBLICADA A PORTARIA QUE ALTERA OS CRITÉRIOS PARA ENTREGA DE ATESTADOS MÉDICOS

Depois de muito empenho da diretoria colegiada do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), foi publicada, no dia 14 de março, a Portaria nº 40, que estabelece novos prazos para a entrega dos atestados médicos e odontológicos. A partir de agora, os atestados de até três dias poderão ser entregues nas chefias imediatas, ou seja, nas escolas. Isto é um avanço significativo em nossa pauta de reivindicações, já que essa reivindicação era um dos principais pontos de luta da categoria, visto que o direito vinha sendo desrespeitado há tempos. Para a coordenadora da Secretaria de Saúde do Sinpro, Maria José, apesar da conquista, ainda é preciso pensar nos contratos temporários.

“Esperamos que esta Portaria seja reeditada, no sentido de contemplar os contratos temporários, haja vista que não se justifica que estes professores, que exercem as mesmas funções dos efetivos, sejam punidos”, analisa a diretora Zezé. Hoje, os professores em contratos temporários que necessitem de um atestado médico de um dia precisam se dirigir à Divisão de Saúde Ocupacional (DSO) para fazer a troca de atestado.

AÇÕES DO VALE ALIMENTAÇÃO E PRECATÓRIO DO PLANO BRESSER

Conforme previsto no § 9º do art. 100 da Constituição Federal, tornou-se obrigatório, no momento da expedição dos precatórios, o abatimento dos valores correspondentes aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública. Em razão disso, o GDF juntou aos processos do vale-alimentação e de precatório do Plano Bresser uma relação de nomes de professores que teriam dívidas com a Fazenda. Eles solicitam o abatimento dos débitos com os créditos de cada professor, nestes processos. O abatimento só deixará de ocorrer caso o(a) professor(a) comprove, documentalmente, a quitação junto ao governo, dos débitos mencionados nos documentos.

O jurídico do Sinpro está enviando uma carta para os professores que têm ações de vale-alimentação junto ao GDF e referente ao precatório do Plano Bresser, e quem recebê-la terá três dias úteis para apresentar o comprovante de pagamento, nos locais e horários informados na carta, que será juntado ao processo. A não comprovação da quitação será entendida como dívida.

ABONO DE PONTO ANUAL - ALTERAÇÃO DA PORTARIA 162

ATENÇÃO! Houve uma alteração na Portaria nº 162, de abono de ponto anual. A redação que passa a vigorar é a seguinte: “Art. 4º. O abono anual de que trata esta Portaria poderá ser gozado consecutivamente com o período de férias, feriados e outros afastamentos legais”.

Vale lembrar que, de acordo com a Portaria nº 98 de 23/02/2001, o texto dizia que: “O abono de ponto anual de que trata esta portaria “não” poderá ser gozado consecutivamente com o período de férias, feriados e outros afastamento legais.

ALTERADA DOCUMENTAÇÃO PARA AÇÃO DA GARC

Atenção, professoras e professores aposentadas(os) antes de março de 2008 e que exerceram cargos de diretor (a), vice-diretor (a) e/ou supervisor (a) pedagógico (a): foi alterada a documentação para a ação de incorporação da GARC.

Além dos documentos já informados serão necessários todos os contracheques a partir de 2008. Então, agora, para entrar com a ação é necessário comparecer ao Sinpro nos horários de atendimento dos advogados trabalhistas munido da seguinte documentação: RG, CPF, comprovante de endereço, publicação de todas as nomeações e exonerações dos cargos comissionados ou declaração da SEE/DF contendo essas datas, publicação da aposentadoria, todos os contracheques de 2008 em diante.

SINPRO E COMUNIDADE QUEREM SOLUÇÃO PARA MYRIAM ERVILHA

O Centro de Ensino Fundamental Myriam Ervilha vem sendo notícia nas TVs e imprensa do DF há vários anos. Mesmo assim persistem problemas como a ausência de muro, as constantes inundações que trazem para dentro da escola: esgoto, água suja e lama. Há risco de desabamento e choque elétrico para alunos (as) e professores (as), e de contraírem doenças como a hepatite e a leptospirose. Também não há policiamento permanente.

Além de todos esses problemas, a escola não comporta todos os alunos (as) que procuram vaga e é urgente a necessidade de construção de uma nova escola para atender àquela comunidade.

Já vivenciamos a quarta inundação este ano. A última ocorreu no dia 5 de abril de 2011, impedindo as atividades dos dias 6 a 8 de abril, por causa da grande quantidade de lixo, entulho e resíduos de esgoto em geral (fezes etc) espalhados pela escola. Indignados com o fato, decidimos paralisar as atividades da escola e convidar a comunidade para o debate. Isso ocorreu no dia 5 de abril.

Após muito debate com pais, alunos, auxiliares da educação, professores (as), direção, orientação educacional, coordenação pedagógica e representantes do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, prefeitos comunitários da região Água Quente, SAE, DRE/Samambaia e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, chegou-se a avaliação de que o CEF Myriam Ervilha não tem condições de continuar funcionando com tanta precariedade.

A mobilização da comunidade, em parceria com a escola, contribui e muito na melhoria da escola, por isso contamos com a compreensão e a participação de todos (as) na busca da melhoria. O apoio da comunidade à mobilização dos professores é também uma forma de garantir mudanças importantes, uma vez que a melhoria passa pela valorização dos profissionais da educação, escola de qualidade, saúde dos profissionais da educação, escola com recursos adequados, escola nova e equipada para a comunidade, segurança e outras necessidades também importantes que são lutas da categoria dos professores e de toda a comunidade.

Aguardamos informação da Comissão sobre um encaminhamento prático: verba para o muro, policiamento permanente e águas pluviais, em curto prazo, e nova escola, ao longo das reflexões com as instâncias administrativas do Governo do Distrito Federal. As atividades retomaram no dia 11 de abril e após a Semana Santa a comunidade será convidada a uma reunião para buscar soluções. Esperamos que isso ocorra o mais rápido possível.

Direção, Professores (as), Auxiliares da Educação, Pais, Prefeito Comunitário, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Delegado Sindical, em 14 de abril de 2011.

INTERNACIONAL

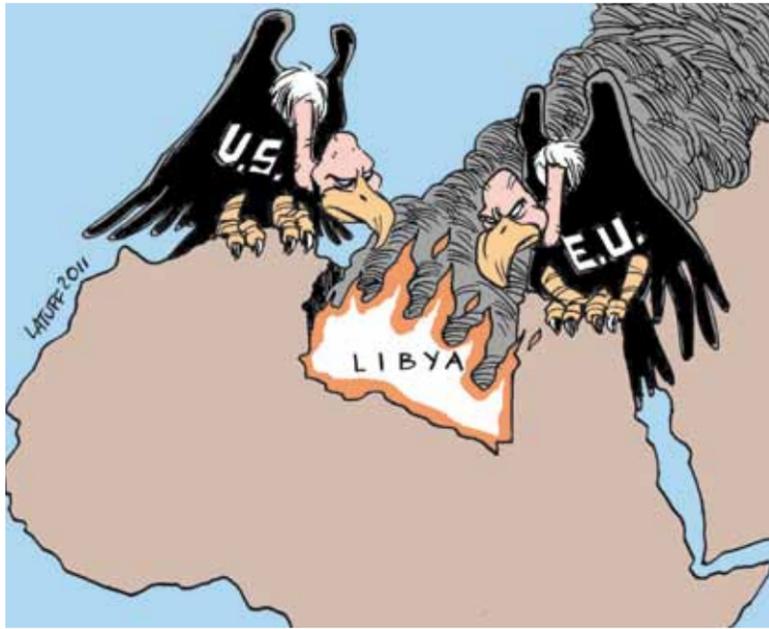
FIM DA PRIMAVERA DOS POVOS ÁRABES

Inicialmente, a Primavera dos povos árabes foi saudada como o fim das ditaduras corruptas e o nascimento da democracia. Primeiro caiu o ditador General Zine El Abidine **Ben Ali, da Tunísia** (no poder desde 1987). Depois foi a vez de **Hosni Mubarak, do Egito** (no poder desde 1981). Rebeliões eclodiram em vários outros países árabes, entre eles Jordânia, Yemen, Bahrein, Omã, Argélia, Arábia Saudita etc. Até que chegou a vez da Líbia.

Cada revolta, apesar de elementos comuns, tem suas particularidades. Estas sociedades têm estruturas relativamente diferentes entre si. Consequentemente, as revoltas populares também ocorreram de formas diferentes. No Egito e na Tunísia, pode-se dizer que a sociedade civil pressionou o Estado para derrubar o ditador de plantão, tentando substituir a estrutura autoritária por outra mais livre. Usamos o termo livre, pois, ao contrário do que se propala pela mídia "ocidental", a Democracia não é um valor universal. A Democracia é uma construção histórica, tanto que é um conceito diferente para os atenienses da antiguidade ou para os revolucionários franceses de 1789. Já a Liberdade, esta sim, se trata de um valor universal.

Na **Líbia**, a situação foi diferente da Tunísia e do Egito. Neste caso, a estrutura social do país é muito diferente, pois não existe um estado institucional, sendo a Líbia uma grande federação de tribos (originalmente, a Líbia surgiu da emancipação de três colônias italianas que se unificaram mais por pragmatismo do que por identificação). O ditador **Muammar Kadhafi** manteve seu controle por ter o apoio de duas das três principais tribos. Dentro destas duas tribos, não há povo em armas tentando derrubar o governo autoritário. Porém, a terceira tribo, *Werfalla*, resolveu aproveitar os acontecimentos do mundo árabe para tomar para si o poder. Em suma, a Líbia está mais para guerra civil do que para revolução.

Kadhafi reagiu à sua maneira, com seu poder militar. É ingenuidade achar que se trata simplesmente da repressão de um ditador malvado ao povo clamando por democracia. Não que isso justifique as ações de Kadhafi (de maneira alguma!).



Quando os acontecimentos do oriente médio e do norte da África tomaram mais consistência, inúmeras análises foram apresentadas. A mais interessante é a que compara tais fatos com a **Primavera dos Povos de 1848**, série de revoluções liberais e democráticas que derrubou parte das monarquias européias. Infelizmente, a geopolítica daquela época é bastante diferente da de hoje. Ainda que um país vizinho quisesse se intrometer na revolução do outro, em 1848 eles ainda teriam que enfrentar seus próprios problemas internos, pois as idéias liberais e democráticas se espalhavam com o vento pelo velho continente. Diferente é a situação de hoje, em que países da Europa e da América do Norte têm condições tecnológicas e logísticas de atuar militarmente em todo o globo. E é isso que está acontecendo.

Independente da opinião sobre Kadhafi, a situação da Líbia é apenas interna. Trata-se de um confronto entre líbios, ambos muito bem armados. O lado mais forte e mais preparado vence a guerra. Quando a ONU aprova uma zona de exclusão aérea, sob justificativas humanistas

de proteger os civis inocentes, atores internacionais começam a se imiscuir nos assuntos internos de um país soberano. Quando a OTAN bombardeia alvos terrestres e prédios estratégicos de um dos lados do conflito, fica evidente que está aliado ao outro lado. Trata-se de uma agressão à soberania nacional da Líbia.

"Ah, mas o Kadhafi é um ditador malvado"! Talvez seja, mas será que o outro lado é melhor? E a quem cabe julgar se o governo da Líbia é bom ou ruim? Se fosse um país democrático, isso caberia ao povo líbio, mas como não é... Ainda sim, é altamente questionável que um conjunto de outros países, representantes de outros povos, com objetivos diferentes dos objetivos dos líbios, decida se o governo é bom ou ruim e, em consequência, intervenha militarmente naquele país. É inevitável a comparação com a participação dos nazistas na Guerra Civil Espanhola.

Dessa vez, o alvo foi a Líbia. E o próximo? Por que não fazer o mesmo com o governo da Arábia Saudita? Ou de Israel? Ocorre que a ONU não é uma estrutura democrática. A ONU representa o poder militar (e econômico também) de alguns países que tem assento permanente no Conselho de Segurança, com direito a veto. Curiosamente, são os mesmos países que detém a tecnologia da bomba atômica. Não existe diferença, na prática, se essas intervenções são aprovadas pela ONU, afinal, os países com poder de decisão são os mesmos com poder militar para efetuar-las. Mesmo que o mundo inteiro seja contra, nunca terá condições de impedir uma ação como esta, nem na ONU e nem militarmente.

Resumindo, a Primavera dos Povos Árabes terá um final diferente da Primavera dos Povos de 1848, pois agora existem potências imperialistas dispostas a influenciar nos resultados e escolher os vencedores. E, que ninguém se engane, o saldo disso não será mais liberdade.

Marcio Ortiz Meinberg – advogado, jornalista e consultor em São Paulo.

POR QUE NINGUÉM FALOU DE WISCONSIN?

Por que a grande mídia não falou das manifestações que começaram nos EUA na mesma época que as rebeliões árabes?

Contrariamente ao "eixo discursivo" dominante na grande mídia, o Estado não é o único censor e, muitas vezes, nem sequer o mais importante. Existem várias formas de censura e, por óbvio, diferentes censores.

Estamos nos referindo à censura da palavra, da expressão que é um direito humano fundamental da pessoa, do indivíduo, do cidadão. Esta censura é anterior à existência não só de Gutenberg – vale dizer, da possibilidade de se imprimir – como é muito anterior à existência da instituição que passou a ser conhecida como "imprensa" e hoje chamamos de "mídia".

A "CULTURA DO SILÊNCIO"

No Brasil, onde a "imprensa" tardia chegou somente no século 19, lembrei-me de trecho conhecido do Padre Antônio Vieira que, em sermão pronunciado na Bahia, ainda em 1640, afirmava:

"Como o doente não pode falar, toda a outra conjectura dificulta muito a medicina. (...) O pior acidente que teve o Brasil em sua enfermidade foi o tolher-se-lhe a fala: muitas vezes se quis queixar justamente, muitas vezes quis pedir o remédio de seus males, mas sempre lhe afogou as palavras na garganta, ou o respeito, ou a violência; e se alguma vez chegou algum gemido aos ouvidos de quem o deveria remediar, chegaram também as vozes do poder, e venceram os clamores da razão".

Apoiado neste diagnóstico precoce de Vieira, o educador Paulo Freire, em vários de seus escritos, fala da nossa herança colonial de "mutismo" e mais tarde da "cultura do silêncio" dos oprimidos, impedidos de ter voz, mergulhados na submissão pelo silêncio (cf. Venício A. de Lima; *Comunicação e Cultura: as idéias de Paulo Freire; Paz e Terra, 2ª. ed., 1984*).

Não seria essa uma forma histórica de censura na medida em que a "cultura do silêncio" nega a boa parte da população sua liberdade fundamental de palavra, de se expressar? E quem seria, neste caso, o censor?

SILÊNCIO COMO CENSURA

Nessa nova sociedade-rede, uma forma disfarçada de censura é o silêncio da grande mídia em relação a determinados temas. Considerando que a grande mídia ainda é a principal mediadora e construtora dos espaços públicos, um tema deliberadamente omitido está sendo sonogado e excluído desse espaço, vale dizer, da possibilidade de fazer parte do conhecimento e do debate públicos.

Um exemplo recente dessa censura disfarçada foi o silêncio sobre as manifestações populares que mobilizaram centenas de milhares de pessoas, por várias semanas, em Madison, a capital do importante estado americano de Wisconsin.

Ao mesmo tempo em que sociedades autoritárias explodem no Oriente Médio, fruto de mobilizações populares – com ampla, mas seletiva, cobertura da grande mídia ocidental –, trava-se na mais poderosa democracia do mundo a primeira de uma série anunciada de batalhas entre sindicatos de trabalhadores do serviço público e governos estaduais. Os próximos estados serão Ohio, Michigan, Iowa e Indiana.

Está em jogo não só o poder de barganha desses sindicatos, mas também o valor das aposentadorias e seus planos de saúde. Na verdade, a corda está arrebentando do lado dos trabalhadores e eles estão reagindo. Não se sabe até onde a resistência sindical conseguirá

envolver e mobilizar também outros setores da sociedade que sofrem as consequências da crise econômica de 2008. Você leitor(a), conhece a cobertura que essas manifestações mereceram na grande mídia brasileira?

O historiador Aloysio Castelo de Carvalho, no seu *A Rede da Democracia* (NitPress/Editora da UFF, 2010) – onde fica demonstrado o conluio dos jornais *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil* para derrubar o governo democrático de João Goulart, em 1964 – adverte: "A liberdade de imprensa é um eixo discursivo dos jornais quando eles querem se valorizar como único canal de expressão da opinião pública".

As novas gerações precisam conhecer a história da censura no Brasil e incluir aí não só a censura exercida pelo Estado, mas outras formas de censura: aquela que vem de nossa herança colonial de "cultura do silêncio" e também a censura disfarçada exercida pelo silêncio deliberado em relação a certos temas, prática rotineira na grande mídia.

Venício Lima – Professor aposentado de Ciência Política e Comunicação da UnB. Texto foi publicado na íntegra no site www.observatoriodaimprensa.com.br



Manifestações em Wisconsin reúnem milhares desde fevereiro.

ATENÇÃO

Acontece no dia 28 de maio a palestra "Assédio Moral no Local de Trabalho". O evento acontece das 8h às 13h30, é promovido pelo Instituto Nacional de Saúde Psíquica (INASP) e tem como principal objetivo trabalhar na prevenção da saúde mental e dar assistência aos usuários e familiares com transtorno mental. O tema foi escolhido devido à grande incidência de exemplos de assédio no local de trabalho, fato que tem aumentado a ocorrência de transtornos emocionais e doenças psicossomáticas. Mais informações na página do Sinpro-DF (www.sinprodf.org.br).



GINÁSTICA ESPECIAL E GRATUITA PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O Centro de Educação Física e Desporto de Alto Rendimento (Cefare) abre inscrições para turmas de ginástica especializada para sedentários, hipertensos e diabéticos. Segundo a professora Maribel Silva Dias, o objetivo é contribuir para a prevenção e o controle da hipertensão arterial e a diabetes por meio de exercícios físicos.

As aulas serão dadas nas terças e quintas-feiras, em dois horários: das 16h às 17h30 e das 17h30 às 19h e serão gratuitas para os servidores da Secretaria de Educação. A comunidade pagará R\$ 40 mensais. As inscrições podem ser feitas no Cefare (antigo Cief), na 907/8 sul, módulo 25/25. Mais informações pelo telefone 3901-7618.

Venha participar do Coro Sinprônico

Quem canta os males espanta! O Coro Sinprônico é comandado pelo Maestro Tonicesa Badu e dá voz a quem ama a música. Atualmente reúne 25 professores(as), todas as segundas e quartas-feiras à noite, na sede do Sindicato. "Faço o convite para que mais pessoas venham participar do Coro Sinprônico, estamos precisando de mais vozes," destaca o maestro.

Nos ensaios, é visível a paixão e a dedicação. Muitos saem de longe especialmente para manter vivos esses momentos musicais, depois de um longo dia e trabalho. A professora aposentada Rail Rocha de Souza diz que gosta muito do coral; "é um momento de lazer. A gente dá asas a imaginação, é uma volta às origens", ressalta ela. Inscreva-se pelo telefone **3343-4209**.



PROGRAMA VIVA O MUSEU!

O Museu Vivo da Memória Candanga tem um Programa de visitação orientado para grupos pré-agendados e recebe até 45 pessoas por vez em visita de aproximadamente 2h, (foto).

A visita se inicia com o histórico do local na área externa, filme histórico de 16 minutos, visita à exposição "Poeira, Lona e Concreto" a "Casa do Mestre Popular" e as Oficinas do Saber Fazer.

Horário de visitação:
De 3ª feira a domingo,
das 9h às 17h.

Endereço: Via EPIA Sul,
SPMS, Lote D - Núcleo
Bandeirante - DF.
Mais informações para
agendamento: telefone/
FAX: (61) 3301-7584 e
3301-3590.



DIRETORIA COLEGIADA DO SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Maria Bernardete D. da Silva
Coordenadora
61 9696 6600
Regional: Samambaia
bernadete@sinprodf.org.br

Nilza Cristina G. dos Santos
61 9157 9471
Regional: Planaltina
nilzacristina@sinprodf.org.br

Evandro Borges de Deus
61 9157 9630
Regional: Taguatinga
evandro@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Magnete Barbosa Guimarães
61 9241 5053
Regional: Taguatinga
magguimaraes@sinprodf.org.br

Francisco Joaquim Alves
61 9161 0115
Regional: Gama
chicodogama@sinprodf.org.br

Rodrigo Rodrigues C. e Lima
Coordenador
61 9161 1142
Regional: Paranoá
rodrigorodrigues@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE

Maria de Fátima (Fatinha)
61 9987 8274
Regional: Ceilândia
fatinhanunes@sinprodf.org.br

Roseire Rodrigues
61 9942 0371
Regional: Taguatinga
hcaiana@sinprodf.org.br

Wiviane Farkas
Coordenadora
61 9981 9064
Regional: Plano Piloto
wivianefarkas@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Gilza Lúcia Camilo Ricardo
61 9674 9945
Regional: Núcleo Bandeirante
gilzacamilo@sinprodf.org.br

Maria José Correia Muniz
Coordenadora
61 9965 8751
Regional: Plano Piloto
zezemuniz@sinprodf.org.br

Cássio de Oliveira Campos
61 9964 9263
Regional: Sobradinho
cassiocampos@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

Isabel Portuguese de S. Felipe
Coordenadora
61 9963 3982
Regional: Plano Piloto
isabelportuguez@sinprodf.org.br

Iracema Bandeira da Silva
61 9964 2568
Regional: Gama / Santa Maria
iracemabandeira@sinprodf.org.br

Francisco Raimundo (Chicão)
61 9965 7205
Regional: Ceilândia
chicao@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS

Neliane Maria da Cunha
61 9159 9989

Regional: Plano Piloto
neliane@sinprodf.org.br

Eliceuda Silva França
Coordenadora
61 9965 8292
Regional: Ceilândia
eliceuda@sinprodf.org.br

Thais Romanelli Leite
61 9674 9947
Regional: Plano Piloto / Cruzeiro
thais@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS

Dimas Rocha
Coordenador
61 9987 8315
Regional: Samambaia
dimasrocha17@sinprodf.org.br

Wijairo José da C. Mendonça
61 9987 8305
Regional: Guará
jairomendonca@sinprodf.org.br

Washington Luis D. Gomes
61 9965 9261
Regional: Recanto das Emas
wduorado@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE FINANÇAS

Carlos Cirane
Coordenador
61 9987 8279
Regional: Guará
carloscirane@sinprodf.org.br

Sebastião Honório dos Reis
61 9964 7312
Regional: Guará
tiaohonorio@sinprodf.org.br

Elaine Amancio Ribeiro

61 9161 0779
Regional: Samambaia
elaineamancio@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Ilson Veloso Bernardo
Coordenador
61 9674 9946
Regional: Ceilândia
ilson@sinprodf.org.br

Hamilton da Silva Caiana
61 9965 7123
Regional: Gama
hcaiana@sinprodf.org.br

Marco Aurélio G. Rodrigues
61 9674 9949
Regional: Brazlândia
marco@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Rosilene Corrêa
Coordenadora
61 9942 0377
Regional: Plano Piloto
rosilene@sinprodf.org.br

Cláudia Bullos
61 9674 9943
Regional: São Sebastião
claudiabullos@sinprodf.org.br

Cleber Ribeiro Soares
61 9674 9944
Regional: Gama / S. Maria
cleber@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Vanuza Célia Sales Silva
61 9149 5746
Regional: Ceilândia
vanuzasales@sinprodf.org.br

Maria Augusta Ribeiro
Coordenadora
61 9965 8726
Regional: Taguatinga
augusta@sinprodf.org.br

Luiz Alberto Gomes Miguel
61 9161 0266
Regional: Gama / S. Maria
luizalberto@sinprodf.org.br

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Berenice D'arc Jacinto
Coordenadora
61 9674 9942
Regional: Planaltina
beredarc@sinprodf.org.br

Cláudio Antunes
61 9963 4286
Regional: Samambaia
claudioantunes@sinprodf.org.br

Julio Barros
61 9232 1674
Regional: Plano Piloto / Ceilândia
juliobarros@sinprodf.org.br

POLÍTICAS SOCIAIS E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Iolanda Rodrigues Rocha
61 9157 8868
Regional: Samambaia
rocha.iolanda@sinprodf.org.br

Fernando Reis
61 9965 8796
Regional: Santa Maria
fernando@sinprodf.org.br

Carlos Edmundo da S. Arnt
61 9204 9719
Regional: Taguatinga
carloosedmundo@sinprodf.org.br

Expediente

Sinpro-DF: sede: SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF

Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefax: 3562-4856 e 3562-2780

Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefax: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8,

Vila Vicentina. Telefax: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Cláudia de Oliveira Bullos e Rosilene Correa (Coordenadora)

Jornalistas: Júnia Lara, Luís Ricardo Machado

Revisão: José Antônio de Oliveira

Fotografias: Valéria Carvalho

Diagramação: Oberdan A. Rodrigues

Impressão: Palavra Comunicação

Tiragem: 33.000 exemplares

Distribuição gratuita.

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.